

## Presidente do Hospital de Angra sobre o “desvio” do helicóptero

# “Eu não interfeirei, eu tive uma intervenção”

A Presidente do Hospital da Ilha Terceira rejeitou ter interferido na decisão de retirar via aérea um familiar doente em São Jorge, quando havia em simultâneo um pedido de ajuda na Graciosa.

“Eu não interfeirei, eu tive uma intervenção. No meio médico é frequente haver discussões entre médicos”, adiantou Olga Freitas, pneumologista, admitindo ter telefonado por várias vezes à médica que regula o serviço no Suporte Imediato de Vida (SIV).

A justificação foi dada numa audição na Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa dos Açores, em Angra do Heroísmo, pedida pelo PSD.

A situação ocorreu em 2 de Fevereiro de 2017 e foi revelada pelo “Diário dos Açores” em 7 de Agosto deste ano.

No mesmo dia, o Presidente do Governo Regional decidiu abrir um inquérito “urgente”.

O Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores terá recebido nesse dia dois pedidos para socorrer doentes quase em simultâneo: um de uma criança de 13 meses com uma depressão respiratória num contexto de convulsão febril na ilha Graciosa e outro de uma jovem de 20 anos com um traumatismo cranioencefálico em São Jorge.

A coordenadora dos médicos reguladores do SIV, que tal como a reguladora de serviço rejeitou ser ouvida em comissão, denunciou uma alegada interferência da presidente do conselho de administração do Hospital da Ilha Terceira na decisão, numa carta enviada ao presidente da Protecção Civil dos Açores, mas a Secretaria Regional da Saúde terá decidido que não haveria motivo para avançar com um inquérito.

Segundo a coordenadora, a médica reguladora decidiu que os dois doentes seriam retirados em conjunto, alegando que apresentariam níveis de gravidade semelhantes, mas, após alegadas pressões da Presidente de Angra, optou por dar prioridade à doente de São Jorge, familiar de Olga Freitas.

Ouvida na Comissão de Política Geral, a administradora do hospital disse que telefonou à médica reguladora, não por ser familiar da doente, mas porque a operação de retirada da doente estava a demorar mais tempo do que o previsto.

Segundo Olga Freitas, a jovem que se encontrava em São Jorge sofreu um acidente de viação às 17h26m e a médica reguladora foi alertada às 18h02m, mas às 21h16m, quando lhe telefonou pela primeira vez, ainda não tinha sido accionada a ajuda, que terá decorrido já depois das 22h30m.

Adeputada social-democrata Mónica Seidi disse que o despacho normativo que regula as operações de retirada de doentes não prevê a intervenção da presidente de administração no processo, mas a administradora alegou que ligou enquanto médica, realçando sempre que a decisão era da reguladora.

“Eu não tive qualquer intenção de utilizar o meu cargo de directora do hospital para isso”, salientou, acrescentando que não deu “ordens” e que nunca foi “intimidatória”.

*Olga Freitas confessa que já interveio em outras situações semelhantes, não envolvendo familiares, e antigos Secretários da Saúde também o fizeram*

Olga Freitas admitiu ter telefonado pelo menos três vezes à médica reguladora, mas disse que a administradora do Centro de Saúde da Graciosa já tinha ligado antes, alegando que os familiares da criança de 13 meses estariam a ameaçar os médicos.

A responsável do Hospital da Ilha Terceira disse mesmo já ter intervindo em outras situações semelhantes, que não envolveram familiares, e que antigos Secretários Regionais da Saúde também já o fizeram.

“Desde o passado, em todas as alturas, houve intervenções de pessoas que estão em cargos públicos e que tentam fazer o melhor pelas populações que estão à distância. Eu intervim, não só porque era meu familiar. Sempre que alguém me pede alguma coisa eu intervenho”, avançou.

A administradora disse que ligou aos médicos das unidades de saúde de São Jorge e da Graciosa para apurar a gravidade dos dois casos, antes de ligar à médica reguladora, tendo constatado que a situação de São Jorge necessitava de uma intervenção mais célere.

“No caso de São Jorge, já havia critérios de gravidade e a situação é imprevisível. Não há ninguém, nem um perito, nem um neurocirurgião, que possa prever se aquela jovem vai fazer um grande hematoma ou não. Se for muito grande, tem de ser drenado, senão dá morte”, apontou, acrescentando que a convulsão febril da criança da Graciosa não tinha sinais de meningite e que “não havia nada que fizesse prever que a situação se fosse agravar”.

**Secretário da Saúde recusa-se a falar**

O Secretário Regional da Saúde, Rui Luís, recusou prestar declarações aos deputados regionais sobre este alegado caso de interferência da administradora do hospital da ilha Terceira na evacuação médica, por estar a decorrer um inquérito.

“Acho que por respeito pelo inquérito que está a decorrer não devo pronunciar-me”, adiantou, por várias vezes, Rui Luís, em resposta às perguntas dos deputados da oposição na audição na Comissão de Política Geral.

O relatório do inquérito da Inspeção Regional da Saúde deveria estar concluído até o dia 31 de Agosto, mas o Presidente do Governo Regional autorizou a prorrogação do prazo até ao dia 7 de

Setembro.

Adeputada social-democrata Mónica Seidi lamentou que o governante não tivesse apresentado os motivos que levaram a tutela a não abrir um inquérito sobre a alegada interferência em 2017.

“O seu silêncio acaba também por ser um sinal de cumplicidade. Se inicialmente o senhor desvalorizou a situação e não abriu um inquérito, a não abertura de inquérito e o seu silêncio culminou com a desautorização do Presidente do Governo. Penso que caberá a si avaliar se tem ou não condições para continuar a exercer as suas funções como Secretário Regional da Saúde”, criticou.

Já o deputado socialista José Saneiro defendeu que a posição do Secretário Regional era “justificável” e “digna”, acrescentando que o PS poderia ter considerado a proposta dos social-democratas “intempestiva”, tendo em conta que foi feita já depois de ter sido aberto o inquérito, mas não o fez.

“A nossa abertura é um sinal de que este dia de trabalho pode contribuir para esclarecer a situação. Agora, a iniciativa do PSD contribuiu para chamar a atenção do governo para este assunto? Não contribuiu, porque na véspera o governo já tinha solicitado à Inspeção Regional da Saúde que procedesse a esse inquérito urgente”, salientou.

Após pedir um parecer jurídico sobre a queixa, conforme revelou o nosso jornal, o Presidente da Protecção Civil enviou um parecer que defendia a abertura de um inquérito à secretaria regional da Saúde, que terá decidido que não haveria motivo para avançar com a medida.

**Reuniões para “evitar constrangimentos”**

O Presidente do Serviço Regional de Protecção Civil e Bombeiros dos Açores (SRPCBA), Carlos Neves, admitiu que as duas evacuações médicas, quase simultâneas, de 2 de Fevereiro de 2017 poderiam ter sido respondidas com maior rapidez.

“Tudo correu na perfeição? Não. Demorámos muito tempo a tomar a decisão”, disse, ressalvando que o “caso clínico mais grave foi evacuado primeiro”.

Carlos Neves falava na audição conjunta com o Secretário Regional da Saúde, na Comissão de Política Geral da Assembleia Legislativa dos Açores.

Carlos Neves reconheceu que a Protecção Civil demorou “bastante mais tempo do que seria expectável a accionar os meios aéreos”, alegando que, apesar de existir apenas um helicóptero para fazer duas evacuações com pedidos quase simultâneos, deveriam pelo menos ter preparado os meios para serem activados.

“Talvez nessa noite não tivéssemos sido o mais eficientes que pudéssemos ter sido, mas fomos eficazes”, reconheceu.

O Presidente da Protecção Civil disse ter tido conhecimento das queixas de alegada interferência da administradora do Hospital da Ilha Terceira naquela noite, tendo recebido posteriormente

uma carta da coordenadora dos médicos reguladores.

Carlos Neves terá então pedido um parecer jurídico, que entendeu que “era matéria fora do normal que merecia ser investigada”, mas o serviço não tinha competência para abrir um inquérito e por isso encaminhou o caso para a Secretaria Regional da Saúde.

Apesar de a tutela não ter aberto um inquérito na altura, o Presidente da Protecção Civil disse que foram realizadas várias reuniões depois do incidente para “evitar constrangimentos”, salientando que a comunicação melhorou, que “as evacuações estão cada vez mais rápidas” e que as 400 intervenções realizadas desde fevereiro de 2017 decorreram sem problemas.

Também ouvido na comissão, Rui Bettencourt, responsável da unidade de evacuações aéreas, que está sediada no Hospital da Ilha Terceira, disse não ter conhecimento de situações de interferência de administradores nas decisões, alegando que só conheceu este caso pela comunicação social.

Segundo Rui Bettencourt, a clínica que acompanhou a evacuação médica terá sido chamada inicialmente para fazer a evacuação conjunta e só posteriormente terá sido decidido transferir primeiro o doente de São Jorge, que teria “mais gravidade”, para o hospital de São Miguel.

“O que ela me disse é que os pais da criança da Graciosa terão dito que não queriam ir para São Miguel, porque teriam familiares na Terceira”, adiantou.

De acordo com o responsável da unidade, o transporte de vários doentes no mesmo helicóptero não é comum, mas teria sido exequível neste caso.

**Vasco Cordeiro já tem relatório**

O Presidente do Governo Regional, Vasco Cordeiro, recebeu sexta-feira passada, dentro do prazo determinado, o relatório do inquérito da Inspeção Regional de Saúde às evacuações aéreas dos dois doentes das ilhas de São Jorge e da Graciosa, que decorreram a 2 de Fevereiro de 2017.

O relatório, que surge na sequência do despacho de Vasco Cordeiro, de 7 de Agosto, que determinou a abertura imediata de um inquérito urgente a este processo, após a revelação feita pelo nosso jornal, “será analisado em todos os seus aspectos, podendo ainda existir, eventualmente, a necessidade de esclarecimentos adicionais”, segundo nota governamental.

Recorde-se que o Presidente do Governo determinou a abertura deste inquérito urgente no seguimento da investigação do “Diário dos Açores” relativa à evacuação médica de um doente da ilha de São Jorge e de um doente da ilha Graciosa, considerando, sem margem para qualquer dúvida, “imperativo e imprescindível o apuramento detalhado e exaustivo de todas as circunstâncias que rodearam esta situação”, depois do Secretário Regional da Saúde ter considerado que não havia necessidade de inquérito.